

# A ARMA DA CRITICA

DIÁLOGO PARA

- A INSURREIÇÃO ANTI-FASCISTA
- A REVOLUÇÃO SOCIALISTA

---

Coordenador: M.Sertório

Setembro de 1968

Nº1

---

Preço: Portugal 2\$50; estrangeiro 1 F.F. ou equivalente.

# para um diálogo

"A arma da crítica não é capaz, evidentemente, de tomar o lugar da crítica pelas armas, pois a força material só pode ser derrubada pela força material; mas quando a teoria penetra nas massas, ela torna-se uma força material."

Estas palavras foram escritas por K. Marx e na sua inextinguível clareza significam que sem teoria revolucionária não pode haver movimento revolucionário.

De entre toda a literatura publicada em Portugal durante 42 anos de fascismo, apenas materiais do P.C.P. e raríssimos outros podem ser classificados como de teoria política.

Esta extraordinária escassez de uma produção cultural politicamente válida não é, aliás, particular ao período fascista da nossa história; ela dá continuidade, ao contrário, a um século (monárquico e republicano) de vida política de opereta e a três séculos de obscurantismo. Ao atraso, à debilidade e ao carácter dependente do desenvolvimento capitalista correspondeu uma "cultura" burguesa cronicamente ultrapassada e em geral sem espírito científico nem originalidade; ao atraso concomitante no crescimento da classe operária, à sua fraqueza e à ausência de grandes lutas de classes, correspondeu a penetração tardia de uma teoria científica no movimento operário português e a sua falta de espírito criador.

O campo da luta teórica tem, assim, uma importância muito grande entre nós, ao lado da luta económica e da luta política.

As condições atrás referidas continuarão a ser obstáculos poderosos no caminho daqueles que se proponham contribuir para o trabalho de criação teórica. Por outro lado, a ausência de uma prática revolucionária em Portugal torna permanente o risco de se cair em esquemas abstractos, de não se conseguir apreender a realidade concreta, de recriar imaginativamente um país diferente do real.

→

Há certas dificuldades, porém, impostas pelo fascismo ao conjunto do povo português, das quais se libertaram objectivamente muitos de nós: especialmente os emigrados e exilados, que passaram a ter livre acesso às fontes de informação internacional, às obras do pensamento político científico, à riquíssima literatura marxista contemporânea; e que podem livremente, sem as limitações da imprensa clandestina, expandir o seu pensamento.

Mas o que sucede? Ao que parece, à censura fascista substituímos, como reflexo condicionado ou por oportunismo, a nossa auto-censura; à polícia salazarista do pensamento substituímos a polícia unitária, que de nós faz uma comunidade de surdos-mudos, para quem os jargões repetidos desde há decénios perderam o significado próprio da palavra para se tornarem simples gestos de apagada e vil co-existência.

Há que fazer o esforço necessário para estabelecer um diálogo crítico. Diálogo feito de opiniões pensadas livremente e livremente expressas, com lealdade mas também com desassombro; diálogo sem transigências e submetido à crítica do pensamento marxista, único científico e que permite apreender o movimento real e transformá-lo pela prática revolucionária.

Só um ingénuo será capaz de desconhecer os riscos de uma tal empresa. Esses riscos são grandes, se nos lembrarmos da facilidade com que uma crítica é tomada como "discordância" e uma discordância como um "ataque" ou mesmo como uma "provação". Mas estes riscos grandes são, afinal, um pequeno risco: o risco da liberdade.

O diálogo político não se confunde com a tradição caçeteira e trauliteira que tem sido o triste apanágio da vida política portuguesa; mas também não é um jogo floral em que devemos mutuamente brindar-nos com madrigais e pétalas de rosas.

A realidade portuguesa reclama a análise aprofundada de numerosos aspectos essenciais para a sua compreensão global e justa. Um diálogo livre enriquecerá esta análise assim como a problemática da insurreição anti-fascista e da revolução socialista, objectivos fundamentais da classe operária portuguesa e dos seus aliados.

Tratar de tais problemas mediante longas exposições que ambicionem apresentar-se como análises sistemáticas, impediria um diálogo tão proveitoso quanto possível, pelo seu carácter monologante. Ao contrário, se começarmos por proceder ao exame de questões bem precisas propostas pelo movimento real em Portugal, poderemos criar modelos e desenvolver idéias que serão uma contribuição verdadeiramente dialogante para uma estratégia revolucionária e para uma tática insurreccional.

A arma da crítica será, nestes termos, uma arma poderosa contra o fascismo e desbravará, ao mesmo tempo, o caminho português para o socialismo.

# insurreição e revolução

(A PROPÓSITO DE MAIS UM 28 DE MAIO)

Em 28 de Maio de 1926 um general reaccionário revoltou-se em Braga e realizou com êxito o golpe militar que deu origem ao fascismo português. Em 28 de Maio de 1968 as classes trabalhadoras portuguesas estão aqui-exploradas pelo capitalismo monopolista de Estado; o imperialismo suga as riquezas nacionais; jovens morrem nas colónias matando em guerras injustas outros jovens como eles; a PIDE é o primeiro poder do Estado; Salazar digere em S. Bento a sua ração diária de sangue e suor do povo. Tudo isto se traduz em três palavras: o fascismo continua; continua a existir e continua a ter a iniciativa em toda a vida política nacional.

Quarenta e dois anos se passaram. Morreu já a enorme maioria dos que tinham 40 ou mesmo 30 anos no início do fascismo português; já hoje são velhos os que tinham 20 ou 10 anos de idade nessa altura; centenas de milhares de jovens deixaram de o ser, sem que tivessem conhecido na nossa pátria uma realidade diferente do regime fascista.

Se afinal não deliramos todos e o fascismo não é um sonho nosso, alguma coisa está podre no reino de Portugal, alguma coisa está podre dentro de nós mesmos.

## A ACÇÃO E A FRASE

A ausência de uma prática revolucionária pode transformar em considerações pretenciosas qualquer tentativa de balanço da situação em que nos encontramos. Mas é necessário fazer um esforço para analisar lucidamente essa situação, sem aquela auto-satisfação e aquele optimismo de tipo "profissional" que de pequenas acções que por vezes nada têm a ver com a existência do fascismo fazem outras tantas "vitórias" contra o poder fascista.

Houve lutas contra a ditadura e contra o fascismo nestes

42 anos que há pouco se completaram? Sem dúvida que sim. Houve reais vitórias no decurso dessas lutas? Sem dúvida que sim. O fascismo perdeu a base popular que teve em Portugal, como em outros países, e ficou reduzido ao seu aparelho militar e policial de repressão. Não obstante todos os entraves objectivos, de ordem económica e política, é um facto a radicalização revolucionária de largos sectores da classe operária e da pequena burguesia. O Partido Comunista Português tornou-se a única verdadeira organização anti-fascista, e qualquer que seja o seu peso absoluto no seio das classes trabalhadoras e no país, a sua incontestável primazia é uma garantia muito importante da orientação democrática e socialista de todas as acções populares.

Mas ao cabo destes 42 anos, qual é o processo revolucionário de contestação do fascismo? O que fazemos que não pudéssemos fazer se o fascismo português tivesse nascido ontem e contasse ainda com o apoio ou a indiferença populares que a sua demagogia inicialmente lhe assegurou?

As correntes burguesas anti-fascistas acreditam na sua associação pacífica no poder, o que não

um "sonho" mas uma posição natural, embora errada, ditada pelos seus interesses de classe.

E pelo nosso lado?

De acôrdo com aquelas comentes, metemos medo uns aos outros com a PIDE, sem atendermos na desmobilização popular que tal atitude comporta. Propomo-nos uma unidade sem programa de acção revolucionária, o que é um duplo erro pois além de ser a acção a unir quem a pratica é manifesto que ninguem na direita quer a unidade, com ou sem programa. Mantemos, como a direita, o culto do abaixo-assinado, com a simples diferença de não o enviarmos ao velho idiota que faz de presidente da República; mas a assinatura de um doutor é, como sempre foi, muito bem cotada: vale tanto mais quanto mais conservador ele for; e a de um católico que vá à missa vale, por esse simples facto, as de cinco doutores.

A ausência de uma tática revolucionária conduz-nos ao economismo, ao quietismo e à idéia errada de que a organização perfeita e batida a frio deve preceder a acção, de que juntas de acção patriótica ou células "XPTO" podem ser criadas e realmente existir sem terem a realizar acções concretas e bem definidas. Assim, quando falamos em insurreição popular como a via para o derrubamento do fascismo, nada mais dizemos do que uma frase "revolucionária", nada mais fazemos do que um trabalho de classificação burocrática da violência revolucionária que sempre se revelou necessária para a destruição do fascismo.

O que é mais grave, parece estarmos também de acôrdo com a direita num propósito comum de velho "revivalho", modernizado à luz de programas europeus para a conquista parlamentar do poder político. Com efeito, dir-se-ia que mesmo no decurso da própria insurreição anti-fascista nos apostaríamos na preservação, até mais ver, das estruturas

fundamentais do capitalismo em Portugal, já que nos antecipamos negativamente ao futuro e nos precipitamos a anunciar a revolução como necessariamente democrática e nacional, portanto não socialista.

#### AS DUAS REVOLUÇÕES

A verdade é que só poderemos fazer uma de duas revoluções: aquela em que conquistaremos o poder para nós ou aquela em que conquistaremos o poder para os outros; isto é: aquela em que a classe operária e os seus aliados conquistarão o poder ou aquela em que o poder será assumido por outras forças.

Excluir a priori a primeira destas revoluções é não atender a que a sua possibilidade nos é justamente aberta pelo longo domínio fascista e pela super-exploração capitalista em que ele se traduz.

Exemplos históricos conhecidos por todos, mostram-nos que as condições objectivas idealmente desejáveis para o surto e o êxito de um processo revolucionário, para a conquista do poder, não necessitam ser reunidas inteiramente se o factor subjectivo intervier decisivamente.

A primeira das condições subjectivas necessárias é querer fazer uma revolução, querer destruir o Estado antigo e no seu lugar construir um outro. Querer fazer uma revolução translativa do poder é, primeiro de tudo, aceitar a possibilidade de realizá-la; é analisar correctamente a situação, concreta e saber detonar o movimento de massas insurreccional ou orientá-lo revolucionariamente no momento adequado; é "enxertar" a vanguarda e a direcção revolucionárias, sem as quais não há revolução possível, no movimento de massas.

De contrário, bem poderão surgir as situações revolucionárias



rias que as revoluções serão sempre adiadas! Sem Lenin, combatendo todas as forças socialistas fora do seu partido e a própria maioria da direcção do seu partido, a cidade de Leningrado chamar-se-ia ainda, provavelmente, S. Petersburgo e nela porventura ditariã leis algum neto de Nicolau II, restaurado no trono de seus reais antepassados. E as directorias das grandes organizações partidárias e sindicais da esquerda em França, com a sua vocação à "respeitabilidade" parlamentar, deram-nos o espectáculo tremendamente aberrante de uma revolução que ficou por fazer não obstante uma situação revolucionária, a mais revolucionária de todo o ocidente europeu depois de 1919, exceptuada a guerra civil espanhola.

#### A VANGUARDA E A INSURREIÇÃO

Em Portugal, uma grande commoção nacional, como o próximo desaparecimento de Salazar do mundo dos vivos ou da cena política, poderá criar as condições necessárias para um amplo movimento revolucionário de massas, se se puder contar com uma vanguarda corajosa e orientada por uma estratégia e uma tática revolucionárias justas.

Quem saberá, neste momento, qual o tipo de revolução anti-fascista (se democrática ou se socialista) que poderá então ser levada a cabo?! Talvez o processo revolucionário crie, por outro lado, as condições necessárias para a formação de uma organização ú-

nica de todos os marxistas revolucionários capaz de conduzir a bom termo o assalto ao poder e de se transformar a seguir num grande partido popular para a construção do socialismo e para a marcha em direcção da sociedade comunista.

O início de um processo revolucionário não precisa de aguardar, porem, nem deve aguardar, um fenómeno da natureza nem uma acção do próprio fascismo, como a morte ou a substituição de Salazar.

A acção leva à organização, que por seu lado multiplica a acção; o que significa que só a acção conduz à acção. A vanguarda revolucionária compete, pela própria acção, contestar ostensivamente o poder fascista e as estruturas da ditadura burguesa.

O movimento insurreccional de massas pode ser detonado por acções revolucionárias. O processo revolucionário pode ser desencadeado assim. O derrubamento insurreccional do fascismo pode abrir as portas à revolução socialista.

Se recusarmos outros 42 anos de fascismo é "desespero", que viva o "desespero"!

Se o movimento de contestação global e revolucionária do fascismo e da sociedade neo-capitalista com que sonha a direita tiver de ser iniciado pelos "desesperados",

avante, "desesperados"!

(Texto revisto de uma alocução pronunciada ao microfone da "Voz da Liberdade")

---

TODOS OS ARTIGOS NÃO ASSINADOS SÃO DA AUTORIA DO COORDENADOR

---

as massas

e a vanguarda

A idéia segundo a qual as revoluções são a missão exclusiva das vanguardas teve sempre largo curso em momentos cruciais da história de vários países.

Um dos defensores desta ideologia vanguardista, desconhecadora do papel insubstituível das massas populares nas situações revolucionárias e fora delas, foi Auguste Blanqui, que os fundadores do marxismo justamente consideraram, aliás, como o maior dirigente revolucionário da França em 1848.

Criticando a tática dos blanquistas, disse Friedrich Engels:

"Educados na escola da conspiração, unidos pela rigorosa disciplina que é própria a esta, eles partiam da idéia de que um número relativamente pequeno de homens resolutos e bem organizados era capaz, chegado o momento, não somente de se apossar do poder como também, se desse provas de uma grande energia e de audácia, de nele se manter pelo tempo necessário para conseguir arrastar a massa do povo para a revolução." (Introdução à edição alemã de 1891 de "A guerra civil em França")

Esta crítica, justíssima, não pode fundamentar, porém, a idéia oposta de que devem ser as massas a arrastar a vanguarda, sob pena de está de deixar de o ser. Ninguém o disse com tanta clareza como K. Marx e F. Engels, ao ponto de eles próprios terem sido por vezes caluniosamente acusados de blanquismo ...

A verdade é que, se é imprescindível o papel das massas como factor revolucionário, não o é menos o da vanguarda e o da direcção da revolução.

A este respeito, disse Lenin em 1902, sobre a situação em que então se encontrava a social-democracia russa:

"Conforme verificámos, o erro fundamental da "nova tendência" da social-democracia russa é inclinar-se perante a espontaneidade, é não compreender que a espontaneidade das massas exige de nós, social-democratas, uma elevada consciência. Quanto maior é o impulso espontâneo das massas, quanto maior é a extensão tomada pelo movimento, mais se torna necessária uma elevada consciência no trabalho teórico, político e de organização da social-democracia."

"O impulso espontâneo das massas na Rússia foi (e é ainda) tão rápido que a juventude social-democrata não

→

foi devidamente preparada para esta imensa tarefa. A falta de preparação, eis o mal de todos nós, o mal de todos os sociais-democratas russos. O impulso das massas não deixou de aumentar e de se estender sem solução de continuidade; longe de se interromper onde apareceu, ele surgiu em outras localidades e atingiu novas camadas da população (o movimento operário provocou um acréscimo de efervescência entre a juventude das escolas, os intelectuais em geral e até entre os camponeses). Quanto aos revolucionários, eles atrasavam-se com referência ao movimento, quer nas suas "teorias" quer na sua actividade: não souberam criar uma organização que funcionasse sem solução de continuidade e fosse capaz de dirigir todo o movimento". ("Que fazer?", em "Obras", vol.V, pag.404, Editions Sociales)

O papel da vanguarda é o de saber agitar, orientar e dirigir revolucionariamente as massas populares primeiro para a conquista do poder e depois para a defesa deste em face do perigo de contra-revolução. Em condições objectivas favoráveis, a vanguarda pode "detonar" um movimento insurreccional de massas, criando uma situação revolucionária.

"Discutamos fraternalmente, amigos e companheiros de luta contra o fascismo. E demos mais passos em frente no reforço da nossa unidade, na orientação política, na orientação táctica, na orientação da organização. Apesar das divergências, estamos cada vez mais próximos. Na Frente Patriótica muitos êxitos neste domínio se têm alcançado e muitos mais se podem alcançar. Temos confiança em que saberemos aproximar os nossos pontos de vista e encontrar o caminho comum que nos levará à vitória."

Álvaro Cunhal, em "Rumo à Vitória"  
(pag.208)

contra a  
unidade

pela  
unidade

A luta permanente pela democracia e pelo socialismo exige em cada país a mobilização das massas populares em torno da ou das organizações políticas de vanguarda. As verdadeiras revoluções só podem ser levadas a cabo pela acção simultânea da vanguarda e das massas. Conquistado o poder, a vigilância activa das massas é uma das condições principais para conjurar o perigo da contra-revolução. À escala mundial, a luta anti-imperialista é, em larga medida, o papel das massas populares de cada país, a quem cabe contribuir para a neutralização dos agentes nacionais do imperialismo. Na luta contra o fascismo, forma política de uma ditadura de classe, apenas uma insurreição popular poderá criar as condições necessárias para o assalto à máquina do Estado, qualquer que seja o futuro que em seguida lhe seja reservado.

Esta união das massas com a vanguarda é a unidade de acção de que carece todo o processo revolucionário. É dela que necessita o movimento revolucionário português; é da sua força que dependerá em grande parte o tipo de revolução social a que dará lugar a insurreição anti-fascista: democrática ou socialista.

Quando e onde certas camadas da burguesia se encontrem representadas por organizações políticas, cabe procurar junto delas plataformas comuns de acção convergente para alcançar os objectivos fundamentais da fase histórica que estiver em curso no caminho para a democracia e o socialismo.

Assim é na luta contra o fascismo português.

#### UNIDADE NECESSÁRIA, UNIDADE POSSÍVEL

A unidade com as forças políticas hipoteticamente nossas aliadas é, porém, acima de tudo, uma unidade indirecta com as camadas populares eventualmente representadas por elas e não uma unidade directa com elas próprias. Resultam daqui as condições essenciais da unidade necessária: 1º-a existência de organizações de tipo partidário da classe burguesa representando com exactidão os interesses económicos de camadas definidas desta classe; 2º-a coincidência objectiva desses interesses e dos interesses imediatos da classe operária e dos seus aliados naturais (camponeses sem terra, pequena burguesia urbana, intelectuais).

Da unidade necessária resulta com clareza a unidade desnecessária: esta põe-se com referência a simples "grupos de amigos" que organicamente nada mais representem do que a eles próprios e não sejam seguidos por camadas sociais importantes da própria classe a que pertencem.

Mas para que a unidade seja levada à prática não basta que seja necessária. É também preciso que seja possível. E a unidade só é possível quando: 1º-as organizações políticas da burguesia interpretam os seus interesses em torno de objectivos unitários, isto é: quando elas



querem realmente a unidade: 2º-quando a unidade com essas organizações não compromete a prossecução dos interesses fundamentais próprios da classe trabalhadora e dos seus aliados. O que equivale a dizer: a unidade é impossível quando as organizações burguesas se mostram convencidas de que podem sòzinhas alcançar os seus objectivos imediatos de classe ou quando a cooperação com tais organizações implica a renúncia aos objectivos fundamentais do movimento popular.

Na última fase da República burguesa de 1910, chegaram a ter lugar certas formas episódicas de unidade entre o movimento operário e popular daquela época e as organizações políticas burguesas mais progressivas. O movimento operário não possuía, então, uma ideologia científica e os políticos burgueses pensavam poder pô-lo ao seu serviço desde que fizessem uso de uma certa habilidade.

A criação do MUNAF nos últimos anos da segunda guerra mundial e os anos unitários que se lhe seguiram corresponderam, por seu lado, a uma fase em que a tradição putchista das correntes burguesas anti-fascistas foi acompanhada pelo lado destas pela consciência da importância do movimento popular e pela convicção da sua influência primacial sobre ele.

A radicalização do movimento anti-fascista foi a pouco e pouco, porem, criando dúvidas no seio das correntes burguesas sobre a possibilidade de serem elas a dirigir este movimento. Actualmente, a unidade com as organizações de esquerda corresponde, aos olhos dos grupos burgueses, ao risco de serem submergidos pelo movimento popular sem poderem controlá-lo; neste facto, sobretudo, se fundamenta a tática pela qual procuram "conquistar" o poder ou a ele se associar pela única forma possível sem o concurso das massas: o golpe de Estado contra o fascismo ou o golpe de Estado dentro do fascismo.

#### UNIDADE DE BASE, DE ESQUERDA E DE ACÇÃO

Assim, se é verdade que seria vantajosa a unidade anti-fascista sem outros limites além dos do anti-fascismo, não é menos verdade que essa unidade é impossível para além dos militantes de esquerda, os únicos que não só não temem como defendem o movimento popular e a revolução socialista em que pode transformar-se a insurreição anti-fascista.

A partir desta situação, que é um resultado das modificações objectivas ocorridas nos últimos anos na composição de todas as forças anti-fascistas e na sua força relativa, uma das táticas mais aberrantes que as organizações de esquerda podem defender é a política de ampla unidade com as forças que não a querem e a combatem, é a defesa de uma unidade que é contrariada pelo próprio movimento real na actual fase. Tal política, não podendo criar de maneira nenhuma as condições sociais que são o seu pressuposto, só podem conduzir ao quietismo em lugar da acção, implicando a renúncia a certos objectivos fundamentais da esquerda como, por exemplo, a cooperação com os movimentos de libertação das actuais colónias portuguesas no sentido da sua imediata e completa independência e uma prática revolucionária que possa transformar a insurreição anti-fascista numa revolução socialista.

O movimento popular anti-fascista não passa então pela acção unitária? Passa, sim.

A natureza de massas deste movimento é a própria unidade que é necessário reforçar incessantemente: uma unidade de base, de esquerda e de acção, e não uma unidade de cúpula, amorfa e de abaixo-assinados.

Os quadros de um tal movimento, as suas formas orgânicas e a sua direcção devem corresponder naturalmente ao mesmo tipo de unidade.

A força do movimento de massas e a decisão de que dê provas a sua vanguarda criarão as condições necessárias para arrastar os elementos hesitantes das classes trabalhadoras e as correntes e os militantes mais progressivos da burguesia. A negação pela prática de uma larga unidade anti-fascista criará as condições necessárias para essa unidade.

ENVIO DE COLABORAÇÃO E DE  
CORRESPONDENCIA  
PARA  
MANUEL SERTÓRIO  
11, rue du Hoggar-2e (Hydra)  
ALGER-ALGERIE

"A "prática", no sentido que lhe é dado por Marx e por Lenin, implica ao mesmo tempo o momento da análise conceptual das condições objectivas da acção e o momento propriamente humano (já não apenas técnico, mas moral) da superação dialéctica e da ruptura que exige uma antecipação dos fins, com tudo o que ela comporta de risco, de escolha responsável, de iniciativa histórica real!"

R. Garaudy  
em  
"Marxisme  
du 20e.  
Siècle"  
(Ed. La  
Palatine)  
pag. 225

"Os operários social-democratas farão a sua escolha facilmente e depressa, pois a táctica de guardar (em conserva) as palavras revolucionárias de 1905-1906, em lugar de aplicar um método revolucionário a uma conjuntura nova, diferente, a uma época de transformações exigindo outros processos e outras formas de organização,  
é uma táctica morta!"

Lenin  
em carta a  
M. Gorki  
novº-dezº 908  
"Lenin e  
Gorki"  
(Ed. du Pro  
grès-Moscov

eleições  
69

# das urnas para a rua

No outono do próximo ano, se o fascismo salazarista existir ainda, terão lugar eleições para a Assembleia Nacional.

Que lugar cabe ou não cabe às eleições na luta popular anti-fascista?

Pense-se o que se pensar, há que dizê-lo claramente e com a suficiente antecedência. Salvo, o que pode suceder, se não se pensar nada.

Houve um período em que todas as correntes das diversas oposições afirmaram ser um erro levar até às urnas as massas populares; houve outros períodos em que certas correntes, cada uma por sua vez, defenderam a idéia de que afinal se deveria concorrer às eleições; a partir de 1961, dir-se-ia que não há, na grande maioria dos sectores políticos, nenhuma táctica definida sobre este problema.

E como se dissessemos para nós mesmos: mais valia que Salazar acabasse de vez com as eleições.

Mas como a realidade contraria este "desejo", cedo ou tarde (melhor dizendo: demasiado tarde) da direita à esquerda do anti-fascismo acaba sempre por algo se ter de dizer (e até de fazer) em torno das eleições. Assim, a primeira desvantagem do que se diz e do que se faz são a improvisação e o atraso.

## AS ELEIÇÕES : LIMITES E ABERTURAS

Não é apenas sob o fascismo que as eleições para os órgãos fundamentais do Estado decorrem num campo muito limitado.

É certo que nos países de "democracia" burguesa, em que as eleições servem para tentar illus-

trar a falsa natureza não classista do Estado, elas permitem aparentemente a conquista deste pelas forças políticas que exprimam a vontade majoritária da população adulta. Na prática, porém, está longe de ser assim. Por um lado, numerosos factores impedem muitas vezes a correcta manifestação da vontade do povo no próprio plano eleitoral: bastará termos presentes as numerosas leis eleitorais em vigor nos países capitalistas fabricadas expressamente para falsearem o princípio democrático da proporcionalidade dos resultados obtidos e dos votos exprimidos à escala nacional, assim como os diversos expedientes constitucionais destinados à preservação das estruturas estatais. Por outro lado - o que é mais importante - há que ter em conta a mais que improvável inacção do aparelho militar da classe burguesa no poder em caso de risco da conquista parlamentar ou presidencial do Estado pelas forças políticas das classes trabalhadoras e dos seus aliados.

A via eleitoral não conduzirá assim, por ela mesma, em nenhum país submetido ao capitalismo, a conquista do Estado pelas classes e camadas sociais que esse Estado é chamado a oprimir, e menos ainda

rec  
a  
e -  
li-  
uma  
essa

idy  
me  
e)

ca a

zº909

Pro  
scóvo)

à sua ulterior destruição por dentro, que seria a condição essencial para a criação de relações de produção anti-capitalistas.

Encarando as eleições no estrito plano eleitoral, as diferenças entre os seus limites nos países de "democracia" burguesa e aqueles, mais apertados e visivelmente mais grosseiros, que lhes são impostos pelo fascismo correspondem à diversidade entre duas espécies de ditadura: no primeiro caso, ditadura de uma classe com partilha do poder, embora desigual, entre todas as camadas dessa mesma classe; no segundo caso, ditadura de uma ou mais camadas da classe burguesa não só sobre o proletariado e os seus aliados como também sobre as outras camadas da própria classe burguesa.

#### DA RUA PARA O PARLAMENTO OU DAS ELEIÇÕES PARA A RUA?

No entanto, as eleições são sempre um processo de luta política muito importante, pois permitem, com maior ou menor liberdade, a propaganda e a agitação, o contacto com as massas populares e, em consequência, o fortalecimento das forças de tipo partidário representadas da classe operária e dos seus aliados.

É este papel extra-eleitoral (mesmo quando se visam também objetivos eleitorais) que as eleições fascistas podem desempenhar igualmente em Portugal, não obstante as dificuldades existentes. Mais: a evidência dos mecanismos de falsificação das eleições utilizados pelo fascismo português comporta a possibilidade de um mais fácil aproveitamento do processo eleitoral para um trabalho de agitação política e de contestação consequente das condições que impedem a "normalidade" do jogo eleitoral, isto é: do próprio regime fascista.

É fácil verificar, neste contexto, que a nada conduz a "táctica" das correntes burguesas não-fascistas que através das eleições pretendem apenas afirmar perante o povo a sua ilusória chefia do movi-

mento democrático.

Mas a nenhuns resultados leva também a "táctica" das correntes de esquerda que em face das eleições previnem o povo contra as "ilusões legalistas" e não têm utilizado como devem o processo eleitoral. Com efeito, esta prevenção desmobilizadora não traduz outra coisa a não ser a completa incompreensão do papel que as eleições fascistas podem representar no nosso país, pois coloca-as no exclusivo plano eleitoral e não, como é necessário, no da mobilização popular contra o fascismo.

Se é um erro ou mesmo uma verdadeira traição pretender canalizar a efervescência e o impulso das massas das fábricas e das ruas para o parlamento, é uma tática inteiramente justa fazer o possível para canalizar essa efervescência e esse impulso das manifestações eleitorais para as fábricas e para a rua.

As condições criadas pelo fascismo em Portugal, longe de serem um impedimento absoluto para o desenvolvimento extra-eleitoral do movimento de massas formado em torno das eleições, comportam mesmo aberturas especialmente favoráveis para esta compreensão dinâmica das possibilidades de conduzir este movimento para formas superiores de luta.

#### UMA NOVA CAMPANHA, UM NOVO COMBATE

As eleições fascistas do outono de 1969 deverão, assim, ser utilizadas por uma vanguarda consciente em termos radicalmente diversos dos verificados nas eleições anteriores, especialmente em todas aquelas que foram orientadas pelo princípio do abstencionismo.

Em primeiro lugar, há o problema da apresentação das candidaturas.

Deverem pôr-se decididamente de lado todas as candidaturas de simples prestígio e a idéia da

falsa necessidade do seu carácter unitário. A verdade é que há candidatos desnecessários e até mesmo candidatos prejudiciais que na da podem ter a ver com o trabalho de agitação que se impõe realizar. Se tais candidatos apresentarem também a sua lista, neste ou naquele distrito, não virá daí mal ao mundo. O importante é haver a preocupação bem firme de apresentar listas de candidatos em todos os círculos, compostas exclusivamente por verdadeiros militantes, dispostos a funcionalizar-se pelo menos durante o período eleitoral e decididos a tudo.

Deve proceder-se desde já à elaboração provisória das listas e à escolha dos suplentes de cada uma delas, mantendo-se secretos todos os nomes como medida de segurança.

Por outro lado, os futuros candidatos e outros militantes deverão tomar a iniciativa de explicar à população, em um ou em vários manifestos não assinados e com uma linguagem muito clara, o estilo de campanha eleitoral a que pretendem lançar-se; e a melhor ocasião para o fazer será pouco antes da abertura do período de recenseamento dos eleitores.

Em segundo lugar, há o problema da organização em cada distrito e à escala nacional.

Até ao início do período eleitoral, toda a organização deve manter-se clandestina.

A coordenação de todas as organizações distritais pode ser realizada mais facilmente por regiões, constituindo-se um organismo nacional em que os delegados regionais representem todas as organizações da mesma região.

Esta rede clandestina deverá permanecer e desenvolver-se para lá do início do período eleitoral, a ela cabendo a direcção fundamental do movimento. Mas dever-se-ão constituir paralelamente e com a necessária antecedência, em cada distrito, os serviços "legais" dos

candidatos: financeiros, de imprensa, de organização, bradores, piquetes de fiscalização, etc.

Em terceiro lugar, há a preparação e a apresentação do programa.

Os pontos principais deste programa devem ser comuns a todas as listas de candidatos e poderão, talvez, ser os seguintes:

1º-amnistia geral, abolição da PIDE e revogação da legislação política de excepção;

2º-abolição da censura e estabelecimento de uma lei democrática para a imprensa, a rádio e a televisão;

3º-livre constituição de partidos políticos e direito de reunião;

4º-revisão da constituição e da lei eleitoral no sentido do livre exercício da soberania popular;

5º-estabelecimento de relações diplomáticas com todos os países e adopção de uma política exterior independente;

6º-constituição de sindicatos livres, salário mínimo obrigatório, descanso semanal pago e férias remuneradas para todos os salarizados, direito de greve e revalorização das pensões pela previdência social;

7º-reforma agrária com distribuição da terra a quem a trabalha;

8º-autonomia da Universidade e sua co-gestão pelos estudantes;

9º-negociações com os movimentos de libertação das actuais colónias e sujeição da política colonial do governo a um plebiscito sob contróle.

Em quarto lugar, existe problema fundamental do estilo da campanha a desenvolver.

Também neste domínio, a revolução nos métodos de trabalho de

ve ser total em comparação com as campanhas anteriores.

O diálogo de surdos com as autoridades deve dar lugar a um verdadeiro diálogo com as massas populares. Os candidatos, os membros dos seus serviços e muitos outros militantes terão de deslocar-se às portas das fábricas, à Universidade e a todas as localidades do respectivo círculo, organizando o maior número possível de sessões públicas. Nestas sessões, o velho estilo do discurso solene deve ser substituído por breves alocuções introdutórias seguidas pelo convite à apresentação de questões e por um autêntico diálogo, pelas formas possíveis, com todos aqueles que as formularem.

Por outro lado, intervenções -relâmpago em cinemas, sindicatos, escolas, cooperativas, sociedades de recreio e até na rua podem e devem completar este trabalho de propaganda e de agitação. Tarjetas impressas mesmo artesanalmente, cartas às directorias de entidades atrás referidas, selos, cartazes, inscrições murais, utilização de alto-falantes ligados a microfones ou mesmo, se possível, de automóveis assim equipados: tudo deve servir, com imaginação e audácia, para imprimir um novo estilo de luta à próxima campanha.

E como deverá a campanha eleitoral ser eleitoralmente apresentada? É esta a quinta questão importante.

As reivindicações dos candidatos deverão estes juntar uma ou

tra: a sua exigência de que os resultados do apuramento eleitoral sejam fielmente escrutinados, explicando às massas populares que só elas poderão permitir que tal objectivo seja alcançado.

A campanha deve ser assim conduzida com o objectivo imediato do concurso às urnas e da fiscalização do acto eleitoral.

Cada mesa eleitoral deverá poder contar com a presença de um piquete de militantes, capazes de desempenhar com a eficiência política e física necessária o seu importante papel. As massas deverão ser chamadas à rua no dia das eleições, em vista de se obterem grandes concentrações junto de cada secção de voto.

Onde as operações do voto e do escrutínio derem lugar a manobras e a falsificações por parte das autoridades, é necessário que os piquetes se encontrem à altura de lhes pôr cõbro. A violência dos fascistas é necessário que os piquetes e as massas oponham a violência insurreccional. As mesas eleitorais e as urnas são de madeira: podem ser facilmente feitas em pedaços.

Há diversas formas de votar.

Cabe ao fascismo tentar fazer decorrer pacatamente as suas eleições, apenas entre fascistas, nas secções de voto. A nós cabe fazer as nossas eleições onde fôr possível; *nas urnas de via stia*

M. S. S. S.

"Não queremos uma "plataforma para as eleições", mas sim umas eleições para aplicar a plataforma social-democrata revolucionária!"

(Lenin, em "Tabotchaia Gazeta" n.º 9 de 30/7 -12/8- /1912, cit. em "O Trabalho do Partido entre as Massas", ed. Vitória -Brasil- pag. 94)

# guiné angola moçambique

## programa para a paz

Dizer que nenhum povo pode ser livre enquanto em seu nome outro povo fôr oprimido, não é apenas nem principalmente a formulação de um princípio moral, mas sim a verificação correcta de que os factores de opressão económica e política sobre um povo estranhos à sua realidade nacional são também factores de apressão económica e política no seio do povo de que emanam, neste caso do povo "colonizador". Um Portugal vendido aos mesmos monopólios que exploram as riquezas da Guiné-Bissau, de Angola e de Moçambique ilustra, melhor do que qualquer outro exemplo presente, esta realidade.

As guerras de libertação nacional dirigidas pelas organizações de vanguarda das actuais colónias portuguesas estão assim ligadas, no quadro da luta anti-imperialista, à luta em Portugal do proletariado e das outras classes trabalhadoras contra o fascismo, pela democracia e pelo socialismo.

Por isso se pode dizer com verdade que os movimentos de libertação das actuais colónias portuguesas e o movimento anti-fascista e socialista em Portugal são aliados naturais na presente fase da sua história.

Esta aliança deve ser traduzida em termos práticos.

Limitarmo-nos a reconhecer o direito à independência dos povos da Guiné e Cabo Verde, de Angola e de Moçambique, seria o mesmo que as organizações nacionalistas desses povos reconhecerem o direito do povo português a derrubar o fascismo ...

Não basta reconhecer direitos: é preciso lutar por eles. É necessário que as forças e os militantes de esquerda em Portugal lutem concretamente pelo fim rápido das guerras coloniais, contra o esforço de guerra do governo, pela libertação tão próxima quanto possível dos povos submetidos ao estatuto colonial português.

Para isso, é preciso começar por criar, junto de todas as camadas progressistas da população, uma clara consciência anti-colonialista. É preciso que as organizações e os militantes marxistas abandonem, neste domínio como em outros, o comportamento habitual de serem apenas contingentes raras vezes sendo também por seja o que fôr.

A nossa posição em face do colonialismo português, hoje representado pelo governo fascista de Salazar, deve ser concretizada num programa simples, que seja um instrumento de mobilização popular e de pressão das massas quer sobre o actual governo quer sobre outro que lhe suceda.

os rs  
oral  
ex-  
que  
tal

sim  
edia-  
fis

verá  
le um  
e de  
po-  
seu  
deve  
a das  
rem  
e ca

voto  
a ma  
por  
rio  
à  
vie-  
sério  
opon-  
nal.  
rnes  
cil-

otar.  
r fa  
sua  
tas,  
a be  
fôr

umas  
ia!"  
em  
94)

## UMA PLATAFORMA

Por outro lado, este programa pode e deve ser, ao mesmo tempo, apresentado como uma plataforma aos movimentos de libertação dos povos africanos.

Tal plataforma pode talvez traduzir-se no seguinte:

a) estabelecimento imediato de negociações conjuntas ou bilaterais com o fim, bem claramente expresso, do rápido e incondicional acesso à independência dos povos representados pelas organizações nacionalistas;

b) escolha, por acôrdo, do local em que tais negociações terão lugar e da data do seu início.

As negociações podem vir a ter como objectivo a discussão dos SEIS PONTOS seguintes:

1º- cessação imediata de todas as operações militares;

2º- libertação imediata de todos os presos políticos nacionalistas e dos prisioneiros militares de ambas as partes;

3º- fixação da data do acesso à independência, até à qual todos os efectivos militares e os corpos das diversas polícias serão repatriados e os membros das milícias desarmados;

4º- determinação do montante e das condições de pagamento das indemnizações devidas pelo facto da ocupação colonial, tomando em conta o valor das instalações e benfeitorias existentes;

5º- definição das condições e do período em que o funcionamento de administrações e serviços civis será assegurado por funcionários portugueses, se assim fôr desejado pelos novos governos africanos;

6º- apreciação dos problemas referentes às minorias portuguesas.

"Um povo não pode ser independente enquanto puderem ser praticadas acções em seu nome sem o seu assentimento, enquanto tropas estrangeiras estacionarem no seu território contra a sua vontade e aí ocuparem bases militares, enquanto não dispuser plenamente de todos os atributos políticos, económicos, sociais e militares da soberania nacional, enquanto as liberdades fundamentais da Declaração Universal dos Direitos do Homem não forem respeitadas "

Resolução adaptada pela Conferência dos Povos Afro-Asiáticos, reunida em Conakry em Abril de 1960.

F. Engels a K. Marx, em carta de 24 de Outubro de 1869.

... "A história da Irlanda mostra-nos a infelicidade que é para um povo o ter submetido um outro povo. Todas as vilanias inglesas têm a sua origem na ocupação irlandesa. "

# de novo do céu do assalto

Artigo de MANUEL ALEGRE

Da contestação e da reivindicação à revolução talvez não tenha faltado muito. Mas, mais uma vez, depois de um grande movimento popular, é a reacção que mantém e reforça o seu poder. Porquê? Se é difícil responder a esta pergunta, cremos que é preciso fazê-la. Seria talvez necessário um super Marx e um super Lenine para resolver os problemas teóricos e práticos do movimento operário em certos países europeus.

Mas nem por isso devemos deixar de nos interrogar. É a primeira condição para se poder obter uma resposta que ajude o partido da classe operária a resolver os seus problemas e a responder a todos aqueles que, aproveitando-se das suas dificuldades num momento dado, põem em dúvida a própria necessidade da sua existência.

Ora, ainda que não estejamos convencidos que um partido comunista, só pelo facto de o ser, tenha que ter sempre razão, estamos convencidos da razão histórica do partido Marxista Leninista da classe operária, mesmo quando esse partido, num determinado momento e numa situação dada, possa não ter razão. Simplesmente: lutar por essa razão, lutar para ter razão, também não é dizer sistematicamente que "está sempre tudo bem, no melhor dos mundos possíveis".

O materialismo dialectico é incompatível com os sistemas absolutos e com a procura de uma verdade absoluta. O seu significado revolucionário é esse: o de ter posto um termo a todos os resultados definitivos do pensamento e da actividade. A única verdade reside no próprio processo do conhecimento. É para conhecer é preciso interrogar. É preciso contestar permanentemente a tendência para considerar como um absoluto o que é apenas relativo e para reduzir a um dogma o que é sobretudo um método de conhecimento e de acção.

"A doutrina materialista segundo a qual os homens são produtos das circunstâncias e segundo a qual, por consequência, os homens modificados são produtos de outras circunstâncias e duma acção modificada, esquece que são precisamente os homens que modificam as circunstâncias e que o educador tem necessidade de se educar a si próprio" (Karl Marx—"Teses sobre Feuerbach")

Também os revolucionários devem, por vezes, modificar os seus métodos e modificarem-se a si mesmos, para modificarem as circunstâncias e para melhor poderem transformar o mundo.

→

A hora é grave na Europa. A luta de classes agudiza-se, a luta política atinge uma tensão extrema, sobretudo em França.

Dum lado os trabalhadores, os estudantes, os intelectuais, as massas populares que se batem por uma transformação revolucionária das estruturas económicas, sociais e políticas. Do outro lado os bancos, os monopólios, as classes dominantes, com os seus generais e o seu aparelho de Estado. É uma luta de classes. É uma batalha entre as forças da democracia e as forças da reacção, entre o socialismo e o capitalismo.

Havia quem julgasse que a França estava adormecida. Havia quem duvidasse da capacidade política e revolucionária da classe operária francesa. Há dois meses atrás, havia, por certo, quem se risse, ao ouvir falar da possibilidade duma revolução em França. Pois essa possibilidade aí está (ou aí esteve). O movimento real desmentiu uma vez mais os complicados esquemas políticos que esquecem sempre o elemento principal: as massas populares.

A grande luta dos operários e estudantes franceses é a maior resposta a todos os que duvidam da capacidade revolucionária das massas populares e trocam as batalhas de rua pelas manobras de bastidores.

As condições objectivas não provocam automaticamente o aparecimento duma situação revolucionária. O que se passou em França acaba de provar a importância decisiva do elemento subjectivo, desde o papel detonador das acções de vanguarda, ao poder indomável das acções de massas.

No seu notável livro - "O Problema Chinês" - Roger Garaudy cita uma carta de Marx a Kugelmann, de 17 de Abril de 1871: "Criar a história seria certamente coisa fácil, se se desse fazê-la sem empreender a luta senão quando se tem por

infallivelmente, todas as possibilidades:

E Roger Garaudy lembra que "Lenine, citando estes textos, combatia os que se tornam oportunistas à força de objectividade, subestimando sempre o momento subjectivo na luta revolucionária".

Os operários e estudantes franceses demonstraram que só a acção das massas populares (detonadas pela acção da vanguarda ou por acções de vanguarda) pode abalar os fundamentos da ordem estabelecida e provocar uma situação de crise política geral. Os operários e estudantes franceses demonstraram ainda que as grandes batalhas políticas se travam na rua e que, para abalar a ordem estabelecida, é preciso contestá-la em termos ofensivos.

Porque foi esta contestação, este poder ofensivo, que partiu (é preciso dizê-lo e reconhecê-lo) da audácia inicial de um pequeno grupo de estudantes, que funcionou como elemento detonador e fez com que o grupo se transformasse em massa, em milhões de operários em greve, em onda avassaladora que provocou uma das maiores crises sociais que a França tem conhecido.

## II

Las estariam reunidas todas as condições para as forças de esquerda se lançarem ao assalto do poder pela via insurreccional?

É difícil responder a esta pergunta. Uma coisa é pensar a revolução, outra é fazê-la: Ora, se é verdade que o elemento subjectivo, a acção e audácia das forças revolucionárias é um elemento determinante e decisivo numa situação revolucionária, não é menos verdade que, para estarem reunidas as condições objectivas duma situação revolucionária, não basta que as classes dominadas "já não queiram viver como antes"; "é preciso que as classes dominantes já não possam continuar a dominar da mesma maneira".

A verdade é que há duas França em França. E a França da burguesia mostrou que ainda tinha força para aguentar o embate.

Ao atacar violentamente o Partido Comunista, ao falar do perigo do "comunismo totalitário", o objectivo do general De Gaulle foi o de despertar a consciência de classe da burguesia francesa, foi o de assustar os elementos vacilantes da pequena e média burguesia, procurando reagrupar as forças do centro e da direita e isolar as forças de esquerda.

A 24 de Maio De Gaulle falou como um homem cansado e desiludido, como um monarca ofendido pela "populacão" e pronto a abdicar. Mas alguns dias depois o tom mudou. E foi como comandante em chefe da burguesia, como chefe político e militar da França proprietária, que De Gaulle se dirigiu à nação. Nem uma palavra sobre as reivindicações dos trabalhadores.

O Presidente da República francesa falou como se os nove milhões de grevistas fossem seus inimigos pessoais. Mas não era tanto de inimizade pessoal que se tratava. O tom violento, por vezes brutal do seu discurso, reflectia um ódio de classe. Depois de conferenciar (íamos a dizer conspirar) com o general Massu e de se assegurar do apoio dos principais chefes militares, De Gaulle, à frente da França dos bancos e dos monopólios, passou à contra-ofensiva contra a França de "Paris la Rouge", contra a França dos milhões de trabalhadores e estudantes que, no dia 15 de Maio, empunhando bandeiras vermelhas e cantando a Internacional, se manifestaram por todo o país, exigindo a queda do regime e a subida ao poder de um governo popular:

Há duas França em França. E Engels tinha razão, quando escreveu que a luta de classes em França tinha sido sempre mais aguda do que em qualquer outro país.

Refeita do susto e da surpresa iniciais, a burguesia monopolista reagrupou as suas forças e, sob a bandeira do anti-comunismo, passou à contra-ofensiva, mostrando que não estava disposta a abdicar pacificamente do poder e que ainda tem força

→

para se defender e para atacar.

Mas seria de esperar outra coisa?

Seria de esperar que a França proprietária capitulasse, sem combate, perante a França proletária?

A capacidade repressiva dum aparelho de Estado ao serviço de uma classe que está disposta a usar de todos os meios para se manter no poder é uma razão poderosa para não se cair em aventuras precipitadas.

Mas seria aventura tentar que o maior movimento grevista da história da França fosse mais além do que as reivindicações económicas imediatas ( aliás só em parte satisfeitas)?

Não estamos em condições de saber se a tomada do poder teria sido possível. Mas há uma pergunta que não podemos deixar de nos fazer: se, perante um tal movimento, não havia condições para ir mais além, quando é que as haverá?

"As concessões (ou pseudo concessões) económicas -dizia Lenine - são evidentemente as menos caras e as mais vantajosas para o governo que, através delas, espera conquistar a confiança das massas operárias. Mas é precisamente por isso que nós, social-democratas, não devemos de modo nenhum e em nada ceder à opinião (ou mal entendido) de que as reformas económicas são para nós as mais preciosas e aquelas que consideramos como as mais importantes".

Estará ultrapassada esta concepção leninista?

Terão razão aqueles de quem Lenine dizia: "falamos como se a massa operária fosse incapaz (e não tivesse até agora provado a sua capacidade, a despeito daqueles que transferem para ela o seu próprio filistinismo) de apoiar activamente todo e qualquer protesto contra a autocracia; mesmo o tipo de protestos que não lhe prometem absolutamente nenhum resultado tangível"?

Receou-se que a continuação, na rua, dum movimento que tinha começado na rua, servisse de pretexto à instauração duma ditadura militar. E assim se passou da rua para o terreno eleitoral. Poder-se-ia ter pensado em conjugar as duas formas de

→

luta, passar da rua para as eleições, para através das eleições elevar a um nível superior a luta de massas e a batalha das ruas. Mas não. Procurou-se canalizar exclusivamente para a batalha eleitoral uma batalha que, em última análise, só poderia ser decidida na rua, até porque toda a gente está convencida de que, em caso de vitória eleitoral das forças de esquerda, a direita responderia com um golpe de estado. E é evidente que, se as forças de esquerda não estavam preparadas para responder a um golpe de estado contra as acções de massas nas ruas, também não estavam preparadas para responder a um golpe de estado que tivesse como objectivo impedi-las de tomar o poder, em caso de vitória eleitoral! "Preso por ter cão, preso por não ter".

E não estavam preparadas porquê?

Porque só tinham admitido uma única via para a tomada do poder: a via eleitoral, a via pacífica, dentro da própria legalidade estabelecida.

Creemos, portanto, que o problema não é tanto um problema de tática; é sobretudo um problema de estratégia.

"A dialéctica - dizia Lenine - exige que um fenómeno social seja estudado sob todos os seus aspectos, através do seu desenvolvimento, e que a aparência, o aspecto exterior, seja reconduzido às forças motrizes capitais, ao desenvolvimento das forças produtivas e da luta de classes".

Sob a aparência de um desenvolvimento relativamente "pacífico" durante um longo período, o vulcão da luta de classes ia acumulando, subterrâneamente, a matéria inflamável que explodiu na erupção do mês de Maio.

O movimento real rebentou os frágeis diques dos esquemas em que se pretendia fixá-lo. E contestou também uma estratégia demasiado rígida.

As condições da França de 1968 são concerteza muito diferentes das da Europa de 1915. Mas não tão diferentes, no que respeita à luta de classes, que não tenha actualidade o que

—>

Lenine escreveu perante a situação revolucionária criada pela guerra: "... a revolução não surge de toda a situação revolucionária, mas somente nos casos em que, a certas mudanças objectivas, vem juntar-se uma mudança subjectiva, a saber: a capacidade da classe revolucionária para realizar acções de massas suficientemente vigorosas para destruir (ou paralisar) o antigo governo que, mesmo em época de crises, só cairá se o fizerem cair".

É Lenine dizia que o dever dos revolucionários era o de agitar e estimular o povo, utilizar a crise para precipitar a queda do capitalismo, inspirando-se nos exemplos da Comuna e da Revolução Russa de 1905.

### III

É cedo ainda para tirar conclusões. Mas, como Roger Garaudy, num artigo publicado a 15 de Maio em "L'Humanité" e intitulado "Aspirações dos estudantes e objectivos da classe operária", digamos, sem reticências, "que esta brusca mutação é um sinal positivo. Nós, que nos orgulhamos de pertencer a um partido revolucionário, longe de nos transformarmos em carideiras da história, acolhemos com alegria este levantamento humano. Por quê? Porque ele integra-se no grande combate revolucionário da classe operária e do seu Partido Comunista: a luta actual dos estudantes não tem carácter sectorial. Tem um alto significado histórico e político. É um momento importante da luta contra a falsa ordem capitalista, pela construção duma sociedade nova e pela criação de relações novas entre a sociedade, a ciência, a cultura e a arte".

(Sublinhamos que esta é uma autêntica atitude marxista. Não assim "o medo e a incredulidade perante as mudanças bruscas", que Lenine denunciou como uma das características do oportunismo)

A importância do papel detonador do movimento de contestação dos estudantes é, pois, a primeira lição que nos impor

→

ta reter.

Mas há outros ensinamentos que nos saltam à vista. Como assinalou o jornal dos estudantes "Action":

- "nalgumas horas de manifestações a unidade de base desenvolveu-se mais rapidamente do que em vários anos de laboriosas negociações de topo;
- a tomada de consciências sobre a natureza real do regime burguês tornou-se mais profunda numa semana do que em vários anos de luta eleitoral".

Por outro lado, os acontecimentos demonstraram que, num país como a França, onde a burguesia se encontra politicamente organizada e dispõe dum forte aparelho de estado, a subida das forças populares ao poder por via pacífica parece muito problemática: (A menos que se altere profundamente a correlação de forças e as classes dominantes estejam dispostas a capitular e a entregar o poder sem combate).

#### IV

Os operários e estudantes franceses mostraram que os que julgavam as massas populares adormecidas, é que estavam afinal a dormir.

A dormir estão igualmente os que, em Portugal, julgam que o Povo está adormecido. Talvez um dia sejam acordados pelo rumor da luta popular. Porque a história não pede licença a ninguém para dar um passo em frente. E os que não souberem acordar a tempo ficarão para trás. Ou então serão obrigados a correr para tentarem apanhar o movimento em marcha.

Como justamente assinalou Álvaro Cunhal em "Rumo à Vitória", "o dever dos revolucionários é estarem atentos ao evoluir da situação nacional, é, como ensinou Lenine, saber encontrar, pressentir, determinar exactamente a via concreta ou a volta dos acontecimentos que conduzirá as massas para a grande luta revolucionária verdadeira, decisiva e final".

→

Um qualquer factor imponderável pode provocar a volta dos acontecimentos, detonar um grande movimento de massas e criar uma situação revolucionária.

Mas, se a revolução não é possível sem uma situação revolucionária, nem todas as situações revolucionárias se transformam em revolução. É preciso que a vanguarda esteja preparada para conduzir as massas à vitória. Até porque uma situação revolucionária não se mantém indefinidamente. "Num dia pode ser demasiado cedo, dois dias depois demasiado tarde".

Como diz ainda Álvaro Cunhal, "é necessário trabalhar mos para que o dia justo não nos escape".

## V

Há muita gente a pretender dar lições á classe operária francesa. Não temos essa pedantice. Mas, se é verdade que o problema da revolução em França só pode ser resolvido pelas forças democráticas francesas e, em primeiro lugar, pelo Partido Comunista Francês, sem o qual não haverá revolução socialista, não é menos verdade que todos nós devemos procurar aprender alguma coisa com a grande lição que acabam de nos dar os operários e estudantes franceses.

Será uma utopia acreditar na revolução nesta Europa das "rosas a prestações"?

Terão sonhado, os estudantes que levantaram barricadas no Quartier Latin e os operários que, durante semanas, içaram, nas fábricas ocupadas, a bandeira vermelha?

Lembremo-nos que, há cerca de cem anos, um homem chamado Karl Marx, que foi o primeiro a contestar em termos científicos e revolucionários o sistema capitalista, foi também o primeiro a saudar "os que partiam ao assalto do céu".

# UMA CAMPANHA ANTI-COMUNISTA

A ocupação do território checoslovaco por forças armadas da União Soviética e de outros países em execução da decisão tomada pelo C.C. do P.C.U.S. representam, por um lado, uma insustentável pretensão (na teoria e na prática) de controlar ideologicamente todos os Estados e todos os partidos operários e forças progressivas e, por outro lado, a intolerável atribuição do papel de gendarme do bloco socialista, pelo menos no que respeita às pequenas nações que geograficamente lhe são próximas.

Tratou-se da mais séria campanha anti-comunista dos últimos anos desenvolvida à escala mundial, com a característica particular e aberrante de ser dirigida pela própria União Soviética.

Os marxistas revolucionários portugueses têm o dever de claramente condenar a acção praticada pelos Partidos e pelos Governos da U.R.S.S. e de outros quatro Estados do Pacto de Varsóvia, mas devem igualmente combater no nosso país todas as manifestações de anti-comunismo, como factor altamente prejudicial à luta contra o fascismo e pelo socialismo.

O coordenador desta revista entendeu cumprir uma obrigação imposta a todos os marxistas enviando as duas cartas a seguir transcritas.

Argel, 21 de Agosto de 1963

Ao camarada Embaixador da República Socialista da Checoslováquia em Argel,

Na qualidade de militante anti-fascista português e marxista revolucionário, não poderia manter-me indiferente aos acontecimentos ocorridos hoje na vossa pátria e que representam o último acto de um longo e intolerável processo de ingerência estrangeira nos vossos problemas nacionais.

Considero, assim, que vos devo exprimir, em meu nome pessoal, uma inteira solidariedade com o povo checoslovaco e com as suas organizações de vanguarda, tendo à cabeça o P.C.C. dirigido pelo camarada Alexander Dubcek. Espero ainda que o direito à verdadeira independência do povo checoslovaco assim como o seu direito a escolher livremente um caminho nacional para a construção do socia-

lismo e para o comunismo sejam, por fim, respeitados.

Peço-vos que aceiteis, prezado camarada, as minhas saudações fraternais.

a) Manuel Sertório

Argel, 21 de Agosto de 1963

Ao camarada Embaixador da U.R.S.S. em Argel,

Na qualidade de militante anti-fascista português, marxista revolucionário e sincero amigo dos povos soviéticos, desejo exprimir-vos, com toda a franqueza, a minha reprovação da iniciativa tomada hoje pelo C.C. do P.C.U.S. no sentido de intervir militarmente nos assuntos nacionais checoslovacos.

Nada será capaz de justificar, em minha opinião, uma tal intervenção, como nada justificaria uma interven-

ção semelhante da R.P.da China nos assuntos internos da U.R.S.S., se a quela pudesse fazê-lo como resultado das suas acusações malévolas de revisionismo.

Por outro lado, é meu dever internacionalista dizer-vos que em minha opinião a vossa ingerência na vida do P.C.C. e no Estado checoslovaco não fará outra coisa a não

ser prejudicar o respeito pelo nome da U.R.S.S. em todo o mundo assim como a luta anti-imperialista, pela liberdade e pelo socialismo no que respeita a muitos povos, entre os quais o português.

Aceitai, camarada, as minhas saudações marxistas.

a) Manuel Sertório